


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001858-95.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Italpa Indústria e Comércio de Plásticos Ltda**
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz S A Cpfl**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação de danos com pedido de antecipação dos efeitos da tutela promovida por **Italpa Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.** em face de **Companhia Paulista de Força e Luz S.A. – CPFL**. A requerente alega, em síntese, ter sofrido cobrança ilegal de faturas pela requerida decorrente do consumo de energia elétrica. Sustenta que impetrou mandado de segurança, sendo concedida a liminar postulada e o cancelamento das faturas. Contudo, em 21 de setembro de 2012, afirma ter sido surpreendida com nova fatura indevida no importe de R\$29.223,20. Assevera que devido às dificuldades financeiras enfrentadas não foi possível realizar o pagamento das faturas vencidas em maio, junho e julho de 2013, quando teve paralisadas todas as atividades industriais da empresa. Sustenta que, apesar do pagamento dos referidos débitos, não teve restabelecido o fornecimento de energia, sob o fundamento de que deveria arcar com as dívidas de julho de 2013 e 21 de setembro de 2012. Pugna pela determinação para a requerida religar o fornecimento de energia da requerente, pela procedência do pedido, declarando a inexistência do débito apontada na fatura vencida em 21 de setembro de 2012, no valor de R\$29.223,20, pela condenação da requerida ao pagamento de reparação de danos materiais apurados em liquidação de sentença e danos morais arbitrados em dez vezes da fatura indevidamente cobrada, além do pagamento das verbas decorrentes da sucumbência, tais como taxas, custas judiciais e honorários advocatícios. Juntou documento às fls. 20/78.

Deferida a liminar para proibir a interrupção de fornecimento de energia (fl. 84).

Citada (fl. 93), a requerida apresentou contestação contrapondo as alegações da autora (fls. 99/113).

Houve réplica (fls. 130/133).

Instadas à especificação de provas (fl. 154), a autora postulou o depoimento pessoal do representante legal da requerida, oitiva de testemunhas, juntada de documentos e elaboração de prova técnica (fl. 157). Silente a requerida.

Decisão saneadora a fl. 160, deferindo a produção de prova oral e documental designando-se audiência de conciliação, instrução e julgamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Rol de testemunhas da parte autora às fls. 175/176. Decorrido o prazo sem depósito de rol de testemunhas pela requerida (fl. 178).

Em audiência foram ouvidas duas testemunhas e, após, encerrou-se a instrução processual, concedendo-se o prazo de cinco dias para as partes apresentarem suas alegações finais (fl. 179).

Memoriais da requerida às fls. 187/196 e da requerente às fls. 198/205.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Embora alegada a relação de consumo, inaplicável a inversão do ônus da prova, pois ausentes os requisitos da verossimilhança da alegação e da hipossuficiência técnica enumerados no artigo 6º, inciso VIII, da Lei 8.078/90. Observe-se, nesse aspecto, que as meândricas alegações iniciais são genéricas de modo que não se vislumbra a menor aptidão da requerente, em relação à concessionária, para a produção das provas necessárias à consecução de seu direito.

Os pedidos são improcedentes.

Os documentos de fls. 31 e 49 indicam a existência de duas faturas referentes ao mês de junho de 2012, ambas com vencimento em setembro do mesmo ano, bem como, o pagamento de apenas uma delas. Verifico, no entanto, que a referência ao mês de junho de 2012 é a única similitude existente entre as duas contas de energia elétrica que dispõem de consumo, valores e números identificadores diversos.

A prova coligida é insuficiente para indicar a inadequação do débito apontado à fl. 31, razão pela qual o pedido declaratório é improcedente.

Os pedidos condenatórios também não comportam acolhimento porque a prova produzida no curso do processo é insuficiente para atribuir à ré a responsabilidade civil.

Os documentos que acompanharam a petição inicial não comprovam a existência de danos materiais.

As testemunhas José Lopes Motz e Walter Ambrósio não foram capazes de precisar a existência, tampouco a extensão dos danos que a autora alega ter, genericamente, suportado. Assim, não esclarecem os fatos e são insuficientes para o acolhimento da pretensão.

A autora pleiteou a indenização por danos morais, pois a medida adotada pela requerida teria abalado a imagem da empresa, causando-lhe prejuízos.

Sucede que não há provas que apontem para a existência de reais prejuízos extrapatrimoniais aptos a gerar indenização, pois, diferentemente do que ocorre com as pessoas físicas, a inserção do nome empresarial em cadastros de proteção de crédito não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

gera direito a indenização "in re ipsa".

Também demandava comprovação pela autora a existência de danos diretamente relacionados à interrupção da energia elétrica, ônus do qual também não se desincumbiu.

O dano moral da pessoa jurídica – que atinge a sua honra objetiva - é reparável nos termos da Súmula 227 do Colendo STJ e do artigo 52 do Código Civil. No entanto, o prejuízo deve ser efetivamente demonstrado, ônus do qual não se desincumbiu a autora (Enunciado 189 do Conselho da Justiça Federal, aprovado na III Jornada de Direito Civil).

Assim, cumpre reconhecer que a ré agiu no exercício regular de um direito, na medida em que a Administração está autorizada a suspender os serviços na hipótese de inadimplemento do usuário (art. 6º, § 3º, II, Lei nº 8.987/95).

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Revoga-se, em consequência, a tutela provisória. Arcará a autora com custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 15% do valor da causa.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive, subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 04 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**